



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, E. P. E.

Aviso n.º 640/2014

Para os devidos efeitos, torna-se público que o procedimento concursal comum para preenchimento de 1 vaga de Assistente Graduado Sénior na especialidade de oftalmologia, aberto pelo aviso n.º 145/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de janeiro de 2014, foi considerado nulo.

6 de janeiro de 2014. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

207513393

Aviso n.º 641/2014

Por Deliberação do Conselho de Administração de 2013.11.21 é publicado o aviso de abertura do procedimento concursal comum para preenchimento de 1 vaga de Assistente Graduado Sénior na especialidade de Oftalmologia.

1 — Nos termos do estabelecido na cláusula 7.ª do Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E. e outros e a Federação Nacional dos Médicos — FNAM e outro — Tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira médica, adiante designado, abreviadamente, por ACT, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04 de agosto, Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio e Portaria n.º 355/2013 de 10 de dezembro que estabelecem, respetivamente, o regime da carreira dos médicos nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde e o regime da carreira especial médica, bem como os respetivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público ou privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos da legislação laboral pública ou privada aplicável, destinada ao preenchimento de 1 posto de trabalho de Assistente Graduado Sénior de Oftalmologia, no mapa de pessoal do Centro Hospitalar Leiria, E. P. E., nos termos previstos no Despacho do Secretário de Estado de 2013.07.24.

2 — Política de Igualdade — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Procedimento concursal — o procedimento concursal é comum, aberto aos médicos detentores dos requisitos de admissão.

4 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

5 — Prazo de apresentação de candidaturas — 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Legislação aplicável — o procedimento concursal rege-se pelo disposto no ACT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e outro, Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio e Portaria n.º 355/2013 de 10 de dezembro.

7 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e artigo 7-A do mesmo diploma aditado pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

8 — Local de Trabalho — o serviço será prestado no Centro Hospitalar Leiria, E. P. E., Rua das Olhalvas, Pousos, 2410-197 Leiria — podendo no entanto o mesmo ser desenvolvido em qualquer uma das Unidades que integram o Centro Hospitalar, bem como em outras Instituições

com as quais o mesmo tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

9 — Remuneração base mensal ilíquida — a remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde ao nível remuneratório 70 da Tabela Remuneratória Única, no montante de € 4.033,54 (quatro mil e trinta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos).

10 — O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

11 — Requisitos de admissão:

a) Estar vinculado ao Serviço Nacional Saúde

b) Possuir o grau de Consultor e o exercício efetivo de 3 anos na categoria de Assistente Graduado conforme artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2009 e artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, ambos de 04 de agosto.

c) Estar inscrito na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma regularizada.

12 — Formalização das candidaturas — A candidatura deverá ser efetuada através de requerimento, dirigido ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Leiria, E. P. E., em suporte de papel, e ser entregue pessoalmente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos do mesmo Centro Hospitalar, em dias úteis, entre as 9:00 e as 12:00 horas e entre as 14:00 e as 17:00 horas, ou enviadas por correio registado, com aviso de receção, para o endereço postal da Instituição, indicado no ponto 8, até à data limite fixada na publicitação, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;

b) Identificação da entidade que realiza o procedimento, quando não conste expressamente do documento que suporta a candidatura;

c) Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e eletrónico, caso exista;

d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente os relativos ao vínculo do SNS, ao nível habilitacional e à área de formação académica ou profissional;

e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.

13 — Documentos — O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo do vínculo ao SNS;

b) Documento comprovativo da posse do grau de Consultor;

c) Documento comprovativo do exercício efetivo de três anos de funções na categoria de Assistente Graduado;

d) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;

e) Seis exemplares de *curriculum vitae* que, devem ser elaborados em modelo europeu, incluindo a descrição das atividades desenvolvidas e estar devidamente datados, rubricados e assinados.

f) Seis exemplares de um plano de gestão clínica.

Os documentos referidos nas alíneas a), b), c) e d) podem ser substituídos respetivamente, por declaração comprovativa da sua existência, emitida por entidade competente.

14 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

15 — Métodos de seleção — dando cumprimento ao definido no artigo 19.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, conjugado pelo artigo 20.º da Portaria 355/2013 de 10 de dezembro e na cláusula 21.º do ACT, são aplicados como métodos de seleção a avaliação e a discussão curricular e a prova prática.

16 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos critérios de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

17 — Os resultados da avaliação e discussão curricular e da prova prática são estruturados numa escala de 0 a 20 valores, apenas podendo ser contratados os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores, sem arredondamentos.

18 — Em situações de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 23.º da Portaria n.º 207/2011 e Portaria 355/2013, de 24 de maio e no ACT.

19 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista unitária de ordenação final dos candidatos serão divulgadas no placard de afixação do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, sendo os candidatos no-

tificados nos termos do artigo 16.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio e do n.º 2-b) da cláusula 18.ª do ACT.

20 — Constituição do júri:

| Nome | Categoria | Júri | Instituição |
|---|--------------------------------------|------------------------------|---|
| Prof. Doutor Rui Daniel Mateus Barreiros Proença. | Assistente Graduado Sénior | Presidente | Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra |
| Prof. Doutor José Salgado Borges | Assistente Graduado Sénior | 1.º Vogal Efetivo | Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga |
| Dr.ª Angelina Meireles | Assistente Graduado Sénior | 2.º Vogal Efetivo | Hospital Geral de Santo António — Porto |
| Dr. João Rothko | Assistente Graduado Sénior | 3.º Vogal Efetivo | Centro Hospitalar Baixo Alentejo. |
| Dr. José Manuel Almeida Ferreira | Assistente Graduado Sénior | 4.º Vogal Efetivo | Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. |
| Dr. António Manuel Santos Melo | Assistente Graduado Sénior | 1.º Vogal Suplente | Hospital Amadora-Sintra. |
| Prof. Doutor Rufino Martins Silva | Assistente Graduado Sénior | 2.º Vogal Suplente | Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra |

§. O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

6 de janeiro de 2014. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

207514876

CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 642/2014

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que os trabalhadores do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., infra identificados, rescindiram o seu contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, regulamentado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho:

- a) Ana Maria de Jesus Oliveira — Assistente Operacional;
- b) Anabela de Almeida Pereira — Assistente Técnica;
- c) Carla Sofia Morais Miguel — Assistente Operacional;
- d) Cristina Maria Rodrigues Pinto — Assistente Operacional;
- e) Cristina Maria Branco Monteiro Barão Mendes — Assistente Operacional;
- f) Isabel Maria Ribeiro da Costa — Assistente Técnica;
- g) Jacinta de Lurdes Nunes Bragança — Assistente Operacional;
- h) Maria Alexandra Vaz Nunes Dionísio — Assistente Operacional;
- i) Maria Ascensão Salgado Oliveira — Assistente Operacional;
- j) Maria da Conceição da Cruz — Assistente Operacional;
- k) Maria da Graça Rosa Paulino Martins — Assistente Operacional;
- l) Maria de Jesus Sousa Pinto — Assistente Operacional;
- m) Maria do Carmo Ferreira dos Santos — Assistente Operacional;
- n) Maria Gabriela da Silva Duarte — Assistente Técnica;
- o) Maria Helena Lima Tomaz de Medeiros Cardoso — Assistente Técnica;
- p) Rita Leal Duarte Ferreira — Assistente Operacional;
- q) Sara Maria Leal Guerreiro Constante — Assistente Operacional;
- r) Vera Maria Pereira da Conceição — Assistente Operacional.

3 de janeiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207511538

CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 39/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., de 16 de outubro de 2013, foi ao Dr. Lupi Nogueira Freire, Assistente Graduado do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, autorizada a redução de uma hora a carga horária semanal, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Alfredo Lacerda Cabral*.

207511246

Deliberação (extrato) n.º 40/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., de 11 de dezembro de 2013, foi ao Dr. José Ribeiro da Cunha Lima, Assistente Graduado Sénior, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, autorizada a redução de uma hora a carga horária semanal, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Alfredo Lacerda Cabral*.

207511213

Deliberação (extrato) n.º 41/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., de 10 de julho de 2013, foi ao Dr. Nuno José Pinto Fachada, Assistente Graduado do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, autorizada a redução de uma hora a carga horária semanal, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Alfredo Lacerda Cabral*.

207511262

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.

Deliberação n.º 42/2014

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Guarda, E. P. E., de 18.12.2013, foi autorizada a licença sem remuneração por um período de onze meses, da Enfermeira Margarida Maria Ferreira Dias Pereira, nos termos do artigo 234.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com início a 01.12.2013.

6 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Vasco Teixeira Lino*.

207514868

Deliberação n.º 43/2014

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Guarda, E. P. E., de 18.12.2013, foi autorizada a licença sem remuneração por um período de onze meses, ao Enfermeiro Abílio Jacinto Capelão Cardoso, nos termos do artigo 234.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com início a 06.02.2014.

6 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Vasco Teixeira Lino*.

207514827